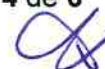


1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-**
2 **GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP) DO**
3 **ANO DE DOIS MIL E QUINZE, REALIZADA NO DIA ONZE DO MÊS DE FEVEREIRO, DO ANO**
4 **DE 2015, EM RESENDE - RJ.** Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de 2015, com a
5 **presença** de 19 (dezenove) associados da Assembleia Geral da AGEVAP, 8 (oito) convidados e
6 justificadas as ausências (conforme relação apresentada no final desta ata), foi realizada a 1ª
7 Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP de 2015, presidida pelo Presidente do
8 Conselho de Administração da AGEVAP (CA), Sr. Friedrich Wilhelm Herms, com a seguinte
9 **Ordem do Dia: 1 – Aprovação da Pauta; 2 – Aprovação das atas das reuniões anteriores; 3 –**
10 **Apresentação dos Relatórios de Execução dos Contratos de Gestão – Exercício 2014; 4 –**
11 **Prestação de Contas da AGEVAP – Exercício 2014; 5 – Eleição – Membros Conselho Fiscal**
12 **(período: fevereiro/2015 a junho/2016); 6 – Adesão de novos Associados na Assembleia Geral da**
13 **AGEVAP; 7 – Eleição - Membros do Conselho de Administração (período: outubro/2015 a**
14 **setembro/2019) – aprovação do edital; 8 – Assuntos Gerais.** O Presidente do CA – Friedrich
15 Wilhelm Herms iniciou a reunião às 10 horas, após a confirmação do quórum. Perguntou aos
16 associados se estes estavam de acordo com pauta sendo a mesma aprovada. **1 – Aprovação da**
17 **Pauta** – pauta aprovada pelos associados presentes. **2 – Aprovação das atas das reuniões**
18 **anteriores** – Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, realizada no dia 02 de
19 outubro de 2014. Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral, realizada no dia 02 de
20 outubro de 2014. Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, realizada no dia 11 de
21 dezembro de 2014. Em votação, as atas foram aprovadas. **3 – Apresentação dos Relatórios de**
22 **Execução dos Contratos de Gestão – Exercício 2014 – 3.1 – 13º Relatório de Gestão –**
23 **Contrato AGEVAP-ANA CEIVAP nº 14/2004. 3.2 – Relatório de Gestão – Contrato AGEVAP-INEA**
24 **CBHs nº 001/2010. 3.3 – Relatório de Gestão – Contrato AGEVAP-INEA Guandu nº 003/2010. 3.4**
25 **– Relatório do Contrato BDMG x FHIDRO – Exercício 2014. 3.5 – Relatório de Gestão – Convênio**
26 **AGEVAP-IGAM nº 434101040814 – CBH Rios Preto/Paraibuna PS1. 3.6 – Relatório de Gestão –**
27 **Convênio AGEVAP-IGAM nº 434101040114 – CBH Pomba e Muriaé PS2.** O Diretor-Presidente da
28 AGEVAP – André Luis de Paula Marques fez uma apresentação aos membros da Assembleia
29 Geral, informando que todas as metas e indicadores dos contratos de gestão foram cumpridos,
30 explicando ainda aos presentes sobre os Convênios assinados com o IGAM, para atendimento
31 aos Comitês Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé. O Presidente do CA - Friedrich Wilhelm
32 Herms, informou que os relatórios foram aprovados no âmbito do Conselho de Administração da
33 AGEVAP e serão encaminhados para os órgãos gestores. O Presidente do CA - Friedrich Wilhelm
34 Herms colocou em votação os relatórios, perguntando aos associados se haviam dúvidas ou
35 questionamentos, não havendo manifestações os relatórios foram aprovados. **4 – Prestação de**
36 **Contas da AGEVAP – Exercício 2014** – O Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula
37 Marques apresentou o relatório de Prestação de Contas da AGEVAP, exibindo a tabela dos
38 recursos recebidos e desembolsados pela AGEVAP, e ainda informando que os recursos
39 comprometidos são relativos aos projetos já contratados, mas que ainda não havia sido feito o
40 desembolso de recursos financeiros. O Presidente do CA - Friedrich Wilhelm Herms informou aos
41 associados que a prestação de contas foi aprovada, sem ressalvas, pelo Conselho de
42 Administração na 1ª Reunião Ordinária do CA de 10 de fevereiro de 2015, e considerando o
43 Estatuto Social da AGEVAP, necessita de aprovação também pelos membros da Assembleia
44 Geral. Explicou que a cada exercício a AGEVAP vem melhorando a apresentação da prestação
45 de contas, que são emitidas pela Assessoria Contábil, Notas Explicativas, onde constam as
46 avaliações das questões trabalhistas, dos recursos alocados nos projetos, a situação de cada
47 contrato de gestão, de cada unidade descentralizada, tudo de forma transparente. Pelo Relatório
48 da Prestação Contas obtém-se um detalhamento de toda situação da AGEVAP. O Presidente do
49 CA - Friedrich Wilhelm Herms pôs em votação a prestação de contas, que foi aprovada por
50 unanimidade. O Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula, informou aos presentes
51 que no dia 19 de março foi realizado na AGEVAP o “Seminário Técnico: Gestão em Água e
52 Saneamento, Tecnologias para Municípios e Indústria”, em parceria com 7 (sete) empresas
53 austríacas e Consulado Comercial da Áustria – Regional São Paulo, para falar de tratamento de
54 esgoto em grandes e pequenas cidades, quanto foram apresentadas pelas empresas, novas
55 tecnologias em tratamento de esgoto. **5 – Eleição – Membros Conselho Fiscal (período:**
56 **fevereiro/2015 a junho/2016)** – Foi apresentada aos associados, a situação do Conselho Fiscal,
57 considerando que desde outubro/2013, o Sr. Jaime Teixeira Azulay solicitou desligamento como
58 membro do Conselho Fiscal. Foi aberto edital para seleção de membro, pois pelo Estatuto Social

59 da AGEVAP, o Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros. Desde outubro, o Conselho
60 Fiscal está trabalhando com 2 (dois) membros. O processo de seleção foi aberto e como não
61 houve nenhuma inscrição, o edital será reaberto. O Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis
62 de Paula Marques ressaltou a importância do Conselho Fiscal, pois o mesmo exerce um papel
63 importante para o bom funcionamento da agência. De acordo com o Estatuto Social da AGEVAP,
64 existe a necessidade de renovação de um terço dos membros do Conselho Fiscal e seus
65 membros não podem estar ligados à entidades que firmam contratos com a AGEVAP. Os
66 associados serão informados sobre a renovação do Conselho Fiscal na próxima reunião da
67 Assembleia Geral agendada para o mês de julho. **6 – Adesão de novos Associados na**
68 **Assembleia Geral da AGEVAP – 6.1 – Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do**
69 **Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro – APEDEMA. 6.2 – Associação dos Criadores de**
70 **Abelhas Nativas e exóticas do Meio Paraíba do Sul, Centro Sul e Baixada Fluminense –**
71 **ACAMPAR. 6.3 – Associação de Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência dos**
72 **Municípios de Miguel Pereira, Paty do Alferes e Adjacências – ADEFIMPA. 6.4 – Sociedade**
73 **Ipiabense do Meio Ambiente – SIMA. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms, informou**
74 **que na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em dia 10 de fevereiro de**
75 **2015, houve análise da documentação apresentada pelas entidades. Os Conselheiros emitiram**
76 **parecer favorável para adesão das instituições: Assembleia Permanente de Entidades em Defesa**
77 **do Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro – APEDEMA e Sociedade Ipiabense do Meio**
78 **Ambiente – SIMA. A adesão das entidades: Associação dos Criadores de Abelhas Nativas e**
79 **exóticas do Meio Paraíba do Sul, Centro Sul e Baixada Fluminense – ACAMPAR e Associação de**
80 **Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência dos Municípios de Miguel Pereira,**
81 **Paty do Alferes e Adjacências – ADEFIMPA não foram aceitas pois não demonstraram nenhuma**
82 **atividade relacionada à recursos hídricos, de acordo com os documentos apresentados, o que**
83 **regimentalmente indefere essas adesões. O Sr. Markus Stephan Wolfjdunkell Budzynkz,**
84 **representante da ACAMPAR fez uma apresentação de sua instituição e questionou se há**
85 **possibilidade de entrar com recurso em função da não aceitação da instituição ACAMPAR na**
86 **Assembleia Geral. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms, informou que as 4 (quatro)**
87 **instituições receberão uma carta comunicando o resultado. As que receberem carta com a**
88 **negativa para adesão, poderão apresentar recurso. Reforçou que pela documentação recebida,**
89 **não foi identificado nenhum item que comprovasse a contribuição de reconhecidas contribuições**
90 **em prol da gestão dos recursos hídricos ou ação interveniente nas bacias hidrográficas**
91 **pertinentes à área de atuação da AGEVAP. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms**
92 **informou que as duas instituições, poderiam participar do CEIVAP – Comitê de Integração da**
93 **Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, na ocasião do processo eleitoral do Comitê. O Conselho**
94 **de Administração encaminhou para a Assembleia Geral a indicação das instituições APEDEMA e**
95 **SIMA, posta em votação, foi aprovada a adesão das 2 (duas) instituições pela Assembleia Geral.**
96 **O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms, informou que na última reunião foi comunicado o**
97 **desligamento de 5 (cinco) instituições e ressaltou a importância da renovação dos associados. 7 –**
98 **Eleição - Membros do Conselho de Administração (período: outubro/2015 a setembro/2019)**
99 **– aprovação do edital – O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms, informou aos**
100 **associados, que o Edital está em aberto, pois a proposta ainda necessita de ajustes, para**
101 **fechamento do cronograma de inscrições de forma que a conclusão do processo coincida com a**
102 **eleição a ser realizada na reunião da Assembleia Geral que ocorrerá no mês de outubro. Em**
103 **outubro poderá haver eleição ou reeleição, há uma vaga em aberto. O formato do Edital foi posto**
104 **em votação, sendo aprovado pelos associados. 8 – Assuntos Gerais – O Presidente do CA –**
105 **Friedrich Wilhelm Herms, informou aos associados que existe uma discussão há algum tempo,**
106 **sobre pagamento de jeton aos membros do Conselho de Administração e outras ações realizadas**
107 **no âmbito da AGEVAP que estão sendo questionadas pela ANA – Agência Nacional de Águas.**
108 **Informou que a AGEVAP iniciou o pagamento de jeton aos conselheiros desde 2010 e desde**
109 **então a ANA nunca havia questionado. Em dezembro de 2012 a auditoria da ANA identificou a**
110 **não conformidade do pagamento de jeton frente ao contrato de gestão, a Auditoria e a**
111 **Procuradoria da ANA alegam que não está previsto o pagamento de jeton com recursos do**
112 **Contrato de Gestão. A AGEVAP contra argumentou, afirmando que o pagamento de jeton foi**
113 **instituído de forma legal através do Estatuto Social e do Regimento Interno, com valores**
114 **aprovados pela Assembleia Geral. Por ser uma instituição de direito privado, no entendimento isso**
115 **se tornava uma despesa operacional da Associação, que essas despesas estariam previstas no**
116 **contrato gestão, limitados aos valores de 7,5% (sete e meio por cento). Foi aberta a negociação e**

117 os conselheiros chegaram ao acordo de que em abril de 2013 seria suspenso o pagamento do
118 Jeton até que se discutisse o mérito dessa questão, que não seria necessária a devolução desse
119 valor. A negociação teve início em janeiro de 2013. A ANA solicitou que não se efetuasse
120 pagamento de jeton com recursos do Contrato de Gestão n.º 14/2004. O Conselho de
121 Administração acatou e recomendou a suspensão do pagamento do Jeton, enquanto se discutia o
122 assunto na ANA. Em dezembro de 2014 veio a última resposta da ANA, dizendo que o pagamento
123 de jeton não estava previsto no referido Contrato de Gestão, que por isso não poderia ser pago
124 com recursos daquele contrato e solicitaram a devolução. A justificativa do Conselho de
125 Administração continua a mesma, o jeton é despesa de ordem administrativa. A ANA está
126 cobrando providências no sentido de devolução desses valores. O assunto foi discutido no
127 Conselho de Administração e chegou-se a seguinte decisão e recomendação: que o Conselho de
128 Administração entre com uma ação cautelar contra a ANA, suspendendo qualquer medida de
129 cobrança e que na ação cautelar se questione o fato da ANA ser contratante e fiscalizador ao
130 mesmo tempo, já que o Conselho de Administração entende que essa fiscalização seria de
131 competência do TCU - Tribunal de Contas da União. No final da história, o único argumento que a
132 ANA sustenta é que o jeton não está previsto no Contrato de Gestão e portanto não poderia ter
133 sido pago. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms ressaltou que caso seja confirmada a
134 devolução dos valores à ANA a AGEVAP teria que arcar com essa despesa e não seus
135 conselheiros uma vez que os mesmos encontram-se amparados pelo disposto no Estatuto da
136 Associação. Informou ainda que no passado, a AGEVAP efetuou devolução de recursos ao IGAM,
137 por problemas na prestação de contas de um convênio firmado com o IGAM, que foi pago através
138 de doações que a AGEVAP recebeu. Houve ainda, há quatro anos, a recomendação de um dos
139 conselheiros para a contratação de seguro de Responsabilidade Civil, a fim de cobrir despesas
140 referentes à decisões do Conselho de Administração e da Diretoria da AGEVAP e, em 2013 a
141 ANA – Agência Nacional de Águas, julgou que este seguro não estaria previsto no Contrato de
142 Gestão e também está solicitando a devolução desses recursos. O Presidente do CA – Friedrich
143 Wilhelm Herms informou que essas questões com a ANA são questões polêmicas e que
144 administrativamente todas as possibilidades foram esgotadas, e que o valor a ser devolvido é de
145 aproximadamente R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). A decisão do Conselho de
146 Administração é buscar na justiça uma decisão sobre esses assuntos. Esses temas forma
147 reanalisados na reunião do Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2015 e ficou
148 decidido seu encaminhamento para a Assembleia Geral, uma vez a situação está criando um
149 passivo para a AGEVAP e faz-se necessário interromper este passivo. Em função do jeton
150 suspenso, a AGEVAP teria que pagar retroativo, caso seja aprovado o pagamento. A sugestão é
151 que seja aprovada pela Assembleia, a redução do jeton para o valor “zero”, até que a situação se
152 regularize. O Presidente do CA - Friedrich Wilhelm Herms informou que o INEA determinou a
153 suspensão do pagamento do jeton porque a ANA suspendeu, porém nos Contratos de Gestão do
154 INEA já foram previstos o pagamento do jeton, com condicionante de autorização expressa da
155 Presidência, com anuência da Procuradoria. A Associada Andréa Francomano (Prefeitura de São
156 José dos Campos), questionou como funciona o pagamento do jeton através dos contratos de
157 gestão, sendo informado pelo Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms, que o pagamento das
158 despesas do Conselho de Administração, conforme previsto em orçamento, são pagas através de
159 rateio. A Sr.^a Andréa Francomano informou que em função do Contrato de Gestão, a ANA tem o
160 direito de cobrar a AGEVAP, pois é ela quem determina as cláusulas do Contrato de Gestão, e o
161 órgão contratante, tem o direito de exigir e fiscalizar. A Sr.^a Andréa Francomano comunicou ainda
162 que não concorda em levar o assunto para instâncias superiores. A Sr.^a Andréa Francomano
163 informou à Assembleia que por questões éticas, se a AGEVAP tiver que devolver o dinheiro à
164 ANA, esta deverá entrar em ação contra os Conselheiros, pois estes sabiam do risco e deveriam
165 pedir revisão do Estatuto e que entende que numa instituição sem fins lucrativos a atuação dos
166 conselheiros deveria ser em forma de doação. Recomendou a AGEVAP entrar com ação de
167 regresso contra os conselheiros. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms explicou que
168 somente em dezembro de 2012, a ANA manifestou em contrário ao pagamento do Jeton e que
169 logo que o Conselho de Administração teve conhecimento, o pagamento do jeton foi suspenso. O
170 Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou que as mudanças no Conselho de
171 Administração, ocorreram quando houve a aprovação do Planejamento Estratégico da Agência,
172 com a mudança no número de membros do Conselho de 19 (dezenove) para 5 (cinco) membros,
173 e com a alteração do Estatuto Social. A Sr.^a Andréa Francomano informou também que não
174 concorda com a contratação do seguro, que juridicamente é inaplicável numa instituição com a

175 natureza jurídica da AGEVAP e que concorda com a redução do valor do jeton para zero.
176 Questionou ao Presidente do CA, o que justifica o valor da dívida de R\$ 120.000,00, qual foi o
177 quantitativo de reuniões realizadas para se chegar neste valor. A Sr.^a Andréa Francomano
178 entende que o serviço que o CA realiza não é trabalho remunerado, que tanto a Assembleia Geral
179 quanto o Conselho de Administração, trabalham em prol da AGEVAP como uma doação, que
180 entrar em atrito com a ANA não é coerente. Que hoje ela está participando da Assembleia
181 representando o município e que a remuneração dela é paga pelo município de São José dos
182 Campos. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou que tem membro do CA hoje
183 que é aposentado e que está contribuindo com a AGEVAP, que respalda o Conselho pelo que
184 estava decidido lá atrás e por ser legal o pagamento do Jeton estava previsto nas despesas
185 operacionais. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou novamente que a partir do
186 momento que a AGEVAP tomou conhecimento do assunto, ela suspendeu o pagamento do jeton.
187 O associado Antonio José Francisco (Consórcio do Rio Muriaé e Assoc. Comercial e Ind. de
188 Muriaé) questionou a forma legal como o assunto está sendo tratado, sendo respondido pelo
189 Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms que nenhum passo está sendo dado sem a
190 assessoria jurídica da AGEVAP. O posicionamento do CA é que não houve nenhuma ilegalidade
191 por parte da AGEVAP. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou que esse assunto
192 estará em pauta na próxima reunião da Assembleia Geral. O associado Flávio Teixeira da Silva
193 (Escola de Eng^a Lorena - USP), argumentou que uma vez sendo questionado, que o assunto só
194 deve ser levado à Assembleia Geral quando houver uma proposta de solução para o caso. O Sr.
195 Flávio Teixeira da Silva alega ainda que a Assembleia deve adotar posição de cautela em relação
196 à tomada de decisão e que o assunto não seja mais discutido nessa assembleia. E na opinião
197 dele, que o Conselho de Administração não entre em atrito com a ANA, que ele está
198 representando a USP, enquanto professor contratado, exercendo na Assembleia Geral, uma
199 atividade de extensão. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou que acatar o
200 pedido da ANA significa devolver o dinheiro, pois toda a conciliação não teve êxito. Que a opinião
201 dele é de trazer a situação ao plenário para ver qual decisão tomar. O Sr. Flávio Teixeira da Silva
202 sugeriu tirar de pauta o assunto da enquanto este está sub judice, se a AGEVAP tiver que
203 devolver este recurso pela ANA, como ele vai informar na sua instituição, que a universidade tem
204 este débito, o seu emprego estará comprometido. Os associados devem analisar estas questões,
205 que haverá risco para todos tanto pessoal, quanto profissionalmente. O Presidente do CA –
206 Friedrich Wilhelm Herms informou que se não entrar com a ação cautelar será entendido que o
207 dinheiro será devolvido e que o assunto será colocado em pauta para a Assembleia decidir. A Sr.^a
208 Andréa Francomano argumentou que a Assembleia não tem soberania perante o órgão
209 contratante. O Sr. Flávio Teixeira questionou de quem é a responsabilidade pela judicialização, se
210 é da Assembleia Geral ou se é do Conselho de Administração, que caberá ao jurídico responder,
211 pois não consta no Estatuto Social cláusula sobre judicialização de processo judiciais e propôs
212 que se retire da próxima pauta o assunto e ainda seja determinada a responsabilidade sobre a
213 judicialização. A associada Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa vida!) questionou se este
214 assunto não seria discutido no grupo de trabalho, conforme consta na ata da reunião de 10 de
215 dezembro de 2014, que foi aprovada. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou
216 que não, que o que foi aprovado na ata, foi a criação de grupo de trabalho para organizar revisão
217 do Regimento Interno nas questões de funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal,
218 para estabelecer novas regras no âmbito do Regimento Interno, não para judicializar o pagamento
219 do jeton e sim para definir a forma de trabalho e remuneração dos Conselheiros. O Presidente do
220 CA – Friedrich Wilhelm Herms reforçou aos Associados que quem define o valor do jeton é a
221 Assembleia Geral. Sugeriu que o valor do jeton retroativo a 1º de janeiro seja 0 (zero – nulo) até
222 que se resolva a questão. O Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms informou que o objetivo
223 era trazer o assunto para a Assembleia, para dividir as ações que poderiam ser tomadas. A
224 preocupação do Conselho de Administração era trazer o conhecimento do que está acontecendo,
225 que é função do Conselho de Administração, da Presidência do CA e da Diretoria da AGEVAP,
226 que desde 2013 estão tentando resolver esse assunto sem levar para instâncias superiores.
227 **ENCAMINHAMENTO** - solicitar consulta ao jurídico a quem cabe a decisão de judicialização
228 quanto à questão do jeton da ANA. Se couber a Assembleia será convocada uma reunião
229 extraordinária. O Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula Marques informou que
230 desde que entrou na AGEVAP o Jeton já estava suspenso. Entende que o tema deve ser avaliado
231 por todos, porque pode gerar reflexos no Contrato de Gestão, podendo atingir até o antigo diretor
232 da AGEVAP. Se vai entrar com a ação cautelar ou não, tem que ser muito bem avaliado e



233 discutido, porque a AGEVAP vai entrar em confronto com o gestor do contrato. Que a tarefa é
234 levar esse assunto para casa e analisar. O Conselho de Administração vai consultar a assessoria
235 jurídica. A AGEVAP poderá enviar toda a documentação para análise e agendar reunião, mas a
236 decisão é que seja a mais sadia para a AGEVAP. O associado Ricardo S. P. Silva (CESAMA)
237 questionou se não tiver membros suficientes no Conselho de Administração, se a AGEVAP
238 funcionaria ou não. Sendo respondido que não funciona, argumentou que não está sendo viável
239 fazer parte do Conselho de Administração da AGEVAP e que essa questão tem que ser levada
240 para a ANA. Dentro ainda dos assuntos gerais, o Presidente do CA – Friedrich Wilhelm Herms
241 informou sobre as Comissões para composição dos grupos de trabalho para alteração do Estatuto
242 Social e do Regimento Interno, o Conselho de Administração recomenda que a Comissão seja
243 formada por 6 (seis) pessoas: 1 do Conselho de Administração, 1 da Diretoria-Executiva e 3 (três)
244 membros da Assembleia. Informou que vai abrir um edital para seleção dos inscritos. A Sr.^a Vera
245 Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) aproveitou a oportunidade e fez agradecimento, em
246 nome da APEDEMA, relativo ao apoio dado pela AGEVAP no evento realizado pela aquela
247 instituição em Teresópolis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradeceu a presença de
248 todos e encerrou a 1ª Reunião Ordinária da Assembleia da AGEVAP de 2015, tendo a presente
249 ata sido lavrada por mim, Raíssa Galdino, secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada
250 pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que a
251 presidiu.

252
253
254 Resende, 11 de fevereiro de 2015



Friedrich Wilhelm Herms
Presidente do Conselho de Administração

255 256 257 258 259 260 261 262 LISTA DE PRSEANÇA

263 ASSOCIADOS:

264
265 **Minas Gerais:** Rodrigo Lopes Guarçoni (DEMSUR), Leonardo James Magalhães (COPASA),
266 Ricardo S. P. Silva (CESAMA), Antônio José Francisco (Consórcio do Rio Muriaé), Antônio José
267 Francisco (Assoc. Comercial e Ind. de Muriaé).

268
269 **São Paulo:** Andréa Francomano (Prefeitura de São José dos Campos), Alexandre Vinícius Vieira
270 da Rosa (SAEE de Jacareí), Flávio Teixeira da Silva (Escola de Eng^a Lorena - USP), Paulo Noia
271 de Miranda (Fundação Christiano Rosa), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA).

272
273 **Rio de Janeiro:** Valdemiro Barbosa de Andrade (Prefeitura de Barra do Piraí), Felipe Goulart da
274 Fonseca (Prefeitura de Barra Mansa), Wilson de Oliveira Ribeiro de Moura (Prefeitura de
275 Resende), Amaury Antônio Damiance (Energisa Soluções Nova Friburgo), Márcia Cinira Neves
276 (SAAE Volta Redonda), Jardel Souza de Azevedo (SAAE Barra Mansa), Sandro Arantes
277 (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (Ong O Nosso Vale A Nossa Vida), Friedrich Wilhelm Herms
278 (UERJ).

279 280 281 AUSÊNCIA JUSTIFICADA:

282
283 **Minas Gerais:** Virgílio Furtado da Costa (Prefeitura de Piau), Maria Aparecida Borges Pimentel
284 Vargas (ENERGISA), Cláudio Dias Amaral (Fazenda Pedra Branca), Cláudio Dias Amaral
285 (Pousada Pedra Branca), Sérgio Alencar de Souza (Votorantim Metais de Zinco).

286
287 **São Paulo:** Renato Veneziani (SABESP), Maria Inez Caps (EMBRAER), Luiz Roberto Barreti
288 (ABES/SP), Márcia Ferreira da Silva (Vale Verde).



291 **Rio de Janeiro:** Maria Inês Tederiche M. Gonçalves (Prefeitura de Natividade), Maria Luiza
292 Ferreira da Silva (SAAETRI), Maria Luiza Ferreira da Silva (ASSEMAE), Juarez de Magalhães
293 (Associação Rio-Minas).

294

295 **CONVIDADOS:**

296

297 Giovana Cândido Chagas (AGEVAP), Edson Brasil de Matos Nunes (AGEVAP), André Luis de
298 Paula Marques (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP), Markus Stephan Wolfjdunkell Budzynkz
299 (APEDEMA), Vera Fátima Martins (APEDEMA), Paulo Sérgio de Oliveira Leite (CBH Piabanha),
300 Fábio H. Carmo (SAAE-Jacareí).

301

302 Resende, 11 de fevereiro de 2015.

